

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 11 a 15 de março, em Brasília.

## PREVIDÊNCIA E PACTO FEDERATIVO

**Passado o Carnaval, o presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia confirmou a instalação da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – CCJ para quarta-feira (11).** Além de ser o principal colegiado da Câmara, a CCJ ganha especial atenção por ter que analisar a constitucionalidade e admissibilidade da PEC da Previdência para depois a matéria ser discutida em Comissão Especial. A presidência ficará a cargo do deputado Felipe Francischini (PSL-PR) e a vice com a deputada Bia Kicis (PSL-DF), ambos parlamentares aliados do governo.

**Sobre a inclusão dos Militares na reforma, há expectativa do envio do projeto de lei até o dia 20.** Há um compromisso firmado de Maia com o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, de não votar o projeto de lei antes da aprovação da PEC em dois turnos no Plenário da Câmara. Assim, a análise da reforma da Previdência dos

militares deve estar pronta para votação logo após a aprovação da PEC. O compromisso do envio da proposta dos militares agradou alguns líderes partidários, que tinham criticado o governo pela ausência das regras para as forças armadas.

**O ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista concedida ao jornal Estado de São Paulo neste domingo,** disse que o governo encaminhará a proposta de revisão do pacto federativo. A proposta deverá conter a desvinculação, a desindexação, a desobrigação e a descentralização dos recursos das receitas e das despesas do Estado, com o objetivo de aliviar as finanças de Estados e Municípios. O ministro adiantou que a proposta deve começar a tramitar pelo Senado Federal em paralelo a reforma da previdência. No entanto, temas como as vinculações de recursos para saúde e educação são sempre pautas sensíveis no Congresso, que nos últimos anos foi palco das discussões sempre no sentido de ampliação dessas vinculações para as áreas sociais.

## Destaques da Semana

### Ao longo da semana

- [Comissões permanentes](#) da Câmara serão instaladas nesta semana.

## Poder Executivo

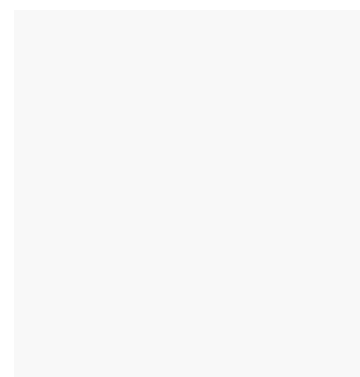
### Presidência da República

**Agenda do Presidente** – Nesta segunda (11), **Jair Bolsonaro** se reuniu com o **Missionário R.R. Soares**, Fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus. À tarde o presidente esteve com o ministro **Paulo Guedes** (Economia). Amanhã o presidente **Jair Bolsonaro** e o presidente do Paraguai, **Mario Abdo Benitez**, reúnem-se, em Brasília. O paraguaio faz a visita oficial acompanhado por uma comitiva de ministros. Segundo Abdo, vai conversar sobre a renegociação do Anexo C do Tratado de Itaipu, temas de segurança de fronteira e cooperação comercial.

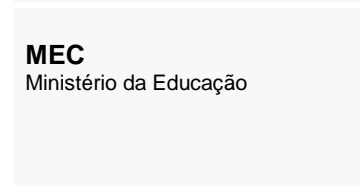
### Vice-presidência

**Agenda do vice-presidente** – **Hamilton Mourão** cumpriu hoje (11) agenda no Rio Grande do Sul. O vice-presidente participou da abertura da 20ª edição da Expodireto e visitou a área de plantação experimental de soja e de milho.

Casa Civil	<p><b>Agenda internacional do ministro</b> – <b>Onyx Lorenzoni</b> viajou no domingo (10) com destino à Antártica, para visitar o Programa Antártico Brasileiro. O ministro deve retornar ao Brasil na quarta (13).</p>
Gabinete de Segurança Institucional	<p><b>Agenda do ministro</b> – O general <b>Augusto Heleno</b> participou hoje (11) de reuniões com o ministro João Batista Brito Pereira, presidente do Tribunal Superior do Trabalho; com o líder do governo no Senado, <b>Senador Fernando Bezerra Coelho</b> (MDB/PE) e com a <b>deputada Shéridan Estérfany Oliveira</b> (PSDB/RR).</p> <p><b>Agenda Internacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Miami (EUA) – IJLatam Infrastructure and Energy Finance Forum.</li></ul>
<b>MJ</b> Ministério da Justiça e Segurança Pública	<p><b>Agenda do ministro</b> – Hoje (11), <b>Sérgio Moro</b> cumpriu despachos internos em seu gabinete.</p> <p><b>Agenda Internacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Quito (Equador) – Convênio de Buenos Aires e do Mini Workshop sobre a Lei de Proteção de Dados.</li></ul>
<b>MCTIC</b> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	<p><b>Agenda internacional do ministro</b> – <b>Marcos Pontes</b> viajou para os Estados Unidos onde irá participar de reuniões com autoridades governamentais das áreas de ciência, tecnologia e inovação e com representantes de instituições dos setores de tecnologias de informação e comunicação, de energias renováveis e aeroespaciais. O ministro deve retornar ao Brasil no domingo (17).</p> <p><b>Startups</b> – Está agendada para esta quinta (14) e sexta (15) a <b>Reunião do Subcomitê Temático Ambiente Normativo de Startups</b>, o encontro será em São Paulo (SP).</p> <p><b>Agenda Internacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Cidade do México (México) – CLXV Reunião da Diretoria Executiva do Banco de Desenvolvimento da América Latina, da Reunião dos Acionistas e da Conferência "O futuro digital do governo na era digital".</li></ul>
<b>Ministério da Economia</b> Ministério da Economia	<p><b>Agenda do ministro</b> – Nesta segunda (25), <b>Paulo Guedes</b> se reuniu com <b>Rosa Weber</b>, ministra do Supremo Tribunal Federal.</p> <p><b>Exportações crescem 36,9% nas duas primeiras semanas de março</b> – Com quatro dias úteis, as duas primeiras semanas de março de 2019 tiveram superávit de US\$ 2,397 bilhões na balança comercial, resultado de exportações no valor de US\$ 5,144 bilhões e importações de US\$ 2,748 bilhões. No ano, as exportações somam US\$ 40,051 bilhões e as importações, US\$ 31,756 bilhões, com saldo positivo de US\$ 8,295 bilhões. Veja <a href="#">aqui</a> os dados completos.</p>
BACEN Banco Central do Brasil	<p><b>Agenda internacional do presidente</b> – <b>Ilan Goldfajn</b> viajou para Basileia (Suíça) para participar de reuniões da Bimonthly Central Bank Governors' Meeting. O presidente deve retornar ao Brasil amanhã (12).</p>

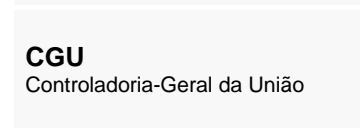


**Boletim Focus** – Instituições financeiras, consultadas pelo Banco Central, aumentaram levemente a estimativa para a inflação este ano. A previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 3,85% para 3,87%. Em relação a 2020, a previsão para o IPCA permanece em 4%. Para 2021 e 2022, também não houve alteração na estimativa: 3,75%. A meta de inflação deste ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%. A estimativa para 2020 está no centro da meta (4%). Essa meta tem intervalo de 1,5% para cima ou para baixo. Para 2021, o centro da meta é 3,75%, também com intervalo de tolerância de 1,5%. O CMN ainda não definiu a meta de inflação para 2022.



**MEC**  
Ministério da Educação

**Agenda do ministro** – Nesta segunda (11) **Ricardo Vélez Rodríguez** cumpriu despachos internos e se reuniu com o **Marcus Vinícius Rodrigues**, presidente do INEP. O ministro também participou de reunião com **Carlos Alberto Decotelli**, presidente do FNDE.



**CGU**  
Controladoria-Geral da União

**Agenda do ministro** – **Wagner Rosário** viajou neste domingo (10) para Antártica onde irá visitar o Programa Antártico Brasileiro.

## Temáticas em Pauta nas Comissões



**ECONOMIA**

Câmara dos Deputados | CNM | Quarta (13)

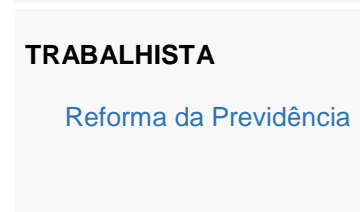
**Frente Parlamentar**

Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Municípios Brasileiros.

Câmara dos Deputados | Terça (12)

**Bancada Paulista**

Reunião para discutir o resultado de encontro com o governador do estado, **João Doria**, e com o prefeito da capital paulista, **Bruno Covas**; discussão de emendas da bancada e tratativas sobre o jantar com o governador.



**TRABALHISTA**

Senado | CDH | Segunda (11)

**Reforma da Previdência**

**Audiência Pública** – Tema: "Previdência e Trabalho", com foco na Previdência Rural. Em atendimento ao Requerimento nº 1/19, do senador Paulo Paim.

## Política

**Comissões permanentes da Câmara serão instaladas nesta semana.** O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, convocou reuniões para a instalação de todas as comissões permanentes da Casa na quarta (13) e na quinta (14). As reuniões servirão para eleição dos presidentes e vice-presidentes dos colegiados. Na quarta (13), às 10 horas, será instalada a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), responsável pela primeira análise da Proposta de Emenda à Constituição 6/19, conhecida como reforma da Previdência. A PEC pretende reformar

o sistema de Previdência Social de trabalhadores do setor privado e de servidores públicos de todos os Poderes e de todos os entes federados (União, estados e municípios). Os nomes indicados pelos partidos para presidir cada comissão poderão ser definidos em reunião do presidente da Casa com líderes partidários nesta segunda-feira, às 18 horas. Fonte: Agência Câmara

**Joice diz que não há "mapa de votos" da Previdência, mas está otimista em aprovação da PEC.** A líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), afirmou nesta sexta-feira que não há um "mapa de votos" em relação à reforma da Previdência, mas destacou que o governo está otimista em aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera as regras previdenciárias no país. Pouco antes, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou em entrevista à Agência Estado que faltariam apenas 48 votos para aprovar a PEC na Câmara — 160 deputados já declararam publicamente apoio à mudança nas regras de aposentadoria e outros 100 já indicaram ao Palácio do Planalto que votarão a favor da reforma, segundo essa contabilidade. Joice afirmou que o governo tem "prognósticos" sobre a votação da reforma e não quis, apesar da perguntada várias vezes, falar sobre número de apoios ao texto do governo porque a base está sendo construída. A deputada destacou que o governo está conversando com partidos, lideranças partidárias e governadores em relação à PEC e que, segundo ela, as respostas dos parlamentares têm sido boas. Apesar disso, ela ressaltou que grupos sempre pontuam eventuais alterações a serem feitas nessas conversas. Fonte: Reuters

**Deputado do PSDB comandará Comissão de Educação.** O PSDB, partido que sofreu um dos maiores reveses nas urnas em 2018, terá sob seu comando a Comissão de Educação da Câmara. Pela comissão tramitarão projetos chave para a agenda conservadora do governo Jair Bolsonaro (PSL) como Escola sem Partido e educação domiciliar. A indicação foi confirmada ao UOL pelo líder do partido na Casa, Carlos Sampaio (PSDB-SP). A comissão é uma das cinco mais disputadas da Câmara, e os tucanos apostam que seja importante comandá-la para voltar ao protagonismo em debates nacionais. O PSDB, que ajudou a viabilizar o impeachment de Dilma Rousseff (PT), em 2016, quando era a 3ª maior bancada, com 54 nomes, agora está na modesta 7ª posição na Câmara, com 30 deputados. A presidência ficará a cargo de Pedro Cunha Lima, tucano eleito pela Paraíba. O parlamentar tem posições contrárias ao Escola sem Partido - projeto que limita a atuação do professor na sala de aula. O tucano já chamou o projeto de "cortina de fumaça" e disse estar aberto a negociar "tecnicamente" a educação domiciliar. Fonte: UOL Notícias

**Líderes tentam definir presidência de comissões.** Apesar da nova confusão criada pelo presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais, os líderes da Câmara vão tentar definir até o fim desta segunda (11), a presidência das principais comissões permanentes da Casa. Até o momento, há poucas certezas. A principal delas é que a CCJ ficará nas mãos do PSL, com o deputado Felipe Francischini (PR), na presidência, e com a deputada, Bia Kicis (PSL-DF), na vice. O partido deverá ainda ter outras duas presidências "medianas", de acordo com o deputado Delegado Waldir (PSL-GO). O PT deve presidir ao menos três comissões. A legenda quer ficar no comando dos colegiados de Direitos Humanos e no de Educação. Além disso, deve ceder uma cadeira na composição da CCJ, para a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR). O PP, de Arthur Lira, terá direito a duas comissões e quer ficar com a de Agricultura, informou o Broadcast Político. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Rede desiste de fusão com PPS.** A Rede Sustentabilidade desistiu da fusão com o PPS. A decisão da sigla foi tomada na tarde deste sábado, 9, em reunião da Executiva Nacional – chamada de Elo, em Brasília. Apesar das dificuldades de estrutura e financeiras, os filiados entenderam que era importante insistir no partido de Marina Silva. Os mais incisivamente contrários à mudança reclamaram da falta de diálogo do PPS nas negociações. A própria ex-candidata à Presidência votou pela permanência da Rede, decisão obtida por unanimidade. Desde que não conseguiu ultrapassar a cláusula de desempenho no ano passado, o partido vinha estudando a possibilidade de fundir com o PPS na nova legenda que a sigla de Roberto Freire tentava criar. A Rede elegeu apenas uma deputada para esta nova legislatura. O partido agora tentará sobreviver de doações de filiados. No ano passado, depois do resultado negativo da eleição, o Elo Nacional havia decidido criar dois grupos de trabalho para estudarem as duas possibilidades: de fusão ou não. O resultado seria apresentado no Congresso Nacional do partido, em janeiro, mas foi adiado para março.. Fonte: Estado de S. Paulo

**Nomeação de vice-líderes de origem militar alerta Câmara.** A nomeação de quatro vice-líderes do governo na Câmara com origem militar acendeu o sinal de alerta em alguns parlamentares e até em parte da equipe econômica de Jair Bolsonaro. O temor é de que a categoria se fortaleça e dificulte mudanças nas regras de aposentadoria da carreira. Entre os sete indicados por Bolsonaro no início do mês, estão o líder da bancada da bala, Capitão Augusto (PR-SP), além de Coronel Armando (PSL-RJ), Major Fabiana (PSL-RJ) e José Medeiros (Pode-MT). O governo não incluiu a mudança na aposentadoria de militares na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência apresentada no mês passado ao Congresso, o que gerou descontentamento entre parlamentares. Segundo Capitão Augusto, não haverá defesa de privilégios, mas as mudanças deverão respeitar as características da categoria. "Não tem cabimento colocar para nós os mesmos deveres e não dão os mesmos direitos", disse o vice-líder. Fonte: Estado de S. Paulo

**MP-SP pede cassação de 4 deputados federais por esquemas com 'laranjas'.** A Procuradoria Regional de São Paulo requereu quatro Ações de Impugnação de Mandato Eletivo contra 4 deputados federais, 7 estaduais e mais de 500 suplentes eleitos pelos partidos Solidariedade, Podemos, Patriota, PHS e PMB. O motivo seria o uso de candidatas laranjas para completar a cota obrigatória de mulheres exigida pela justiça eleitoral. As ações correm em segredo de Justiça. Foram alvos de pedidos de cassação estão os deputados federais: Paulinho da Força (Solidariedade); Marco Feliciano (Podemos); Renata Abreu (Podemos); Roberto Lucena (Podemos). De acordo com a procuradoria, foram encontradas mais de 60 candidatas laranjas em São Paulo nas eleições de 2018.. Fonte: Poder 360

**Para Grupo de Lima, Maduro é responsável por apagão na Venezuela.** Em comunicado, o Brasil e mais 10 países que integram o Grupo de Lima se solidarizaram com os venezuelanos afetados pelo apagão que atinge o país desde o dia 7. No documento, os governos dos 11 países reiteram apoio a Juan Guaidó, autodeclarado presidente da Venezuela, em defesa de novas eleições, sem interferência externa e da atuação da Assembleia Nacional. No texto, o Grupo de Lima diz que a responsabilidade pelo colapso do sistema elétrico venezuelano é do "regime ilegítimo de [Nicolás] Maduro". "Ratificamos nosso compromisso com o povo venezuelano em sua busca por uma solução para a crise que afeta seu país", diz o comunicado divulgado na noite de ontem (10). Fonte: Agência Brasil

**Proposta fixa regras para imunidade tributária em entidades de assistência social.** O Projeto de Lei Complementar 40/19 fixa os requisitos legais para que entidades beneficentes de assistência social usufruam a imunidade tributária. A proposta regulamenta dispositivo da Constituição que isenta de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes que atendam às exigências estabelecidas em lei. O texto foi apresentado pelo deputado Bibó Nunes (PSL-RJ). Proposta semelhante (PLP 433/17) tramitou na legislatura passada, encerrada em janeiro, mas acabou arquivada. O projeto foi elaborado com base em entendimento do Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário 566.622), que determinou que os requisitos para imunidade tributária devem ser estabelecidos em lei complementar. Fonte: Agência Câmara

**Racha entre igrejas marca disputa na bancada evangélica, estratégica para Bolsonaro.** Eis alguns dos termos que a Folha escutou para definir a eleição que definirá o próximo presidente de uma bancada que o governo Jair Bolsonaro vê como aliada fundamental no Congresso, a evangélica. Deputados dessa frente reconhecem que a disputa em 2019 vem passando longe da cordialidade e do consenso visto em anos anteriores. A essa altura do campeonato, já era de se esperar que um nome tivesse despontado como favorito. Pleitos passados tiveram como praxe a aclamação de um candidato sem necessidade de descambar para rachas internos. Não é o que se observa desta vez. Fala-se, inclusive, numa guerra de poderes que envolve algumas das maiores igrejas evangélicas do Brasil, que estariam tentando emplacar parlamentares que as representem em Brasília. Dois nomes que circulam como possíveis candidatos, Cezinha de Madureira (PSD-SP) e Paulo Freire (PR-SP), são crias políticas dos dois maiores galhos daquela que, por sua vez, é a maior denominação evangélica do país, a Assembleia de Deus. O atual bloco evangélico ainda não existe no papel —os deputados precisam antes colher o mínimo de 171 assinaturas para regularizá-lo nesta nova legislatura, como manda o protocolo sobre a criação de frentes parlamentares. Deputados de outras religiões costumam endossar a causa, mas não participam ativamente da bancada. A eleição para presidente da bancada também vem sendo postergada. A princípio falava-se em fevereiro, agora ela deve acontecer em março. Fonte: Folha de S. Paulo

**João Doria enfrentará olhar dúbio de nova Assembleia para salários e privatizações.** A nova Assembleia Legislativa de São Paulo, que toma posse na sexta (15), deve facilitar projetos de redução da máquina pública previstos pelo governo João Doria (PSDB), mas em troca cobrará benesses ao funcionalismo estadual, preveem deputados eleitos e reeleitos à Casa. Com oposição tímida, mas um número maior de parlamentares que se consideram independentes, o Legislativo deve enfrentar logo no início um tema espinhoso: autorizar o governo tucano a vender ou fundir seis estatais, entre elas a Dersa (de rodovias) e a CPOS (de obras e serviços). Outro tema que pode chegar à Casa nos próximos anos é a privatização da Sabesp (de água e esgoto), proposta que entrou em banho-maria na agenda do secretário da Fazenda, Henrique Meirelles, mas deve ser retomada. O projeto relacionado às seis estatais foi o primeiro enviado pelo governo à Assembleia, com pedido de tramitação de urgência. A expectativa dos governistas é que, com os 15 deputados eleitos do PSL e quatro do Novo, a matéria passe sem grandes entraves. Fonte: Folha de S. Paulo

**Hábil, Cauê quer seguir no poder da Assembleia de SP e enterrar suspeitas eleitorais.** Nesta próxima sexta (15), primeiro dia de atividades da nova Assembleia Legislativa de São Paulo, temperamentos opostos estarão em confronto. É quando acontecerá a eleição para a presidência da Casa. Janaina Paschoal (PSL) é adepta das afirmações veementes e dos gestos largos. Foi assim que a advogada e professora da USP se tornou nacionalmente conhecida a partir de 2015, como uma das autoras do pedido de impeachment de Dilma Rousseff (PT). Eleita deputada estadual com mais de 2 milhões de votos, ela conta, por ora, só com o apoio explícito dos 15 eleitos pelo PSL e de Arthur Mamãe Falei (DEM) para chegar ao comando da Assembleia. No cenário atual, é bastante provável que a pretensão de Janaina seja bloqueada por Cauê Macris (PSDB), político que cultiva um outro estilo. Sua fala é pausada, e os gestos, calculados. Seu jeito cauteloso contrasta com os arroubos de Janaina. Difícilmente Cauê vai reviver a facilidade de 2017, quando

obteve 88 dos 94 votos da Casa, mas nomes experientes da Assembleia paulista acreditam que as chances de Janaina sejam pequenas. Fonte: Folha de S. Paulo

## Governo Bolsonaro

**Bolsonaro terá agenda internacional intensa a partir deste mês.** A agenda internacional do presidente Jair Bolsonaro começa intensa na segunda quinzena deste mês e prossegue até o próximo semestre. Além dos Estados Unidos, Chile, de Israel, há viagens programadas para o Japão e a China. Em pauta, desde a crise na Venezuela ao incremento das relações econômicas e comerciais. No Japão, o presidente participará da Cúpula do G20 em Osaka, que ocorrerá de 28 a 29 de junho. A viagem para a China está em fase de organização e deve ocorrer no segundo semestre. Bolsonaro disse que, nessa visita, pretende ampliar negócios e fronteiras. Bolsonaro confirmou também que o presidente da China, Xi Jinping, virá ao Brasil para participar da 10ª Cúpula do Brics. A data do encontro será definida. Neste mês Bolsonaro deverá ter reuniões com os presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump, e do Chile, Sebastián Piñera, e com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu. A viagem aos Estados Unidos deve ocorrer entre 18 e 22 de março, sendo que o encontro com Trump está confirmado para o próximo dia 19, segundo comunicado da Casa Branca. Dos Estados Unidos, Bolsonaro segue para o Chile, onde ficará até o dia 23, e no fim do mês, irá para Israel. A imprensa israelense informou que, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, a viagem do presidente ao país deve ocorrer entre 31 de março e 4 de abril. Fonte: Agência Brasil

**Em semana de largada da reforma da Previdência na Câmara, Onyx se ausenta e viaja à Antártida.** Na semana em que a reforma da Previdência terá largada na Câmara, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, responsável pela articulação com o Legislativo, se ausentará de Brasília. Ele foi escalado pelo presidente Jair Bolsonaro para uma viagem oficial à Antártida, onde visitará o Programa Antártico Brasileiro para a inauguração da infraestrutura de telecomunicações. Segundo a assessoria da Casa Civil, Onyx viajou ao local para representar o presidente e de lá fará uma ligação para Bolsonaro, dando início ao funcionamento da estrutura de telecomunicação da estação científica brasileira, destruída por um incêndio em 2012. Fonte: Folha de S. Paulo

**Encontro com Trump é oportunidade para reforçar laços, diz Bolsonaro.** O presidente Jair Bolsonaro disse que o encontro com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, neste mês, “será uma grande oportunidade de retomar os fortes laços” entre os dois países. Em sua conta pessoal no Twitter, confirmou que, no próximo dia 19, embarca para os Estados Unidos, onde terá entre outros compromissos o encontro com Trump. “[Será] Uma grande oportunidade de retomar os fortes laços entre nossas nações na busca de um ocidente com liberdade e prosperidade. Temos muito a somar!”. Segundo a Casa Branca, entre os temas que poderão ser discutidos no encontro destacam-se a cooperação na área da defesa, políticas comerciais, combate ao crime transnacional e a crise na Venezuela. Fonte: Agência Brasil

**Maia e Bolsonaro reuniram-se neste sábado em Brasília.** O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encontrou-se na manhã deste sábado (9) com o presidente Jair Bolsonaro, no Palácio da Alvorada. Maia, que deixou o palácio sem falar com a imprensa, tem tratado da tramitação da reforma da Previdência, que se inicia pela Câmara dos Deputados. Ontem (8), ele anunciou para a próxima quarta (13) a instalação de 12 comissões permanentes da Casa, inclusive a de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). A instalação da CCJ é importante porque a análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 – enviada pelo governo ao Congresso – começa nesta comissão. A proposta foi enviada no dia 20 de fevereiro. Cabe à CCJ, no prazo mínimo de cinco sessões do plenário, manifestar-se sobre a constitucionalidade da PEC. Depois disso, a proposta poderá ser analisada por uma comissão especial e, em seguida, votada em dois turnos pelo plenário. Fonte: Agência Brasil

**Projeto que endurece cobrança de grandes devedores será apresentado na próxima semana, diz Marinho.** O governo irá enviar ao Congresso na próxima semana o projeto que endurece a cobrança dos que devem grandes somas à União, afirmou nesta sexta-feira o secretário especial da Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, em entrevista à rádio Jovem Pan. Segundo Marinho, o texto torna as regras mais duras para os que devem acima de 15 milhões de reais, ao mesmo tempo em que permite que a Procuradoria-Geral da Fazenda (PGFN) “possa transacionar, possa fazer tratativas administrativas com aqueles que devem abaixo de 25 mil reais”. Com a iniciativa, o governo quer reforçar a ideia de que está agindo em todas as frentes para estancar a sangria na Previdência, combatendo o argumento de que os inscritos na Dívida Ativa da União não serão alcançados. Para o projeto que mexe com as regras dos militares, Marinho afirmou que o prazo para envio ao Congresso segue sendo 20 de março, conforme prometido pelo governo quando apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera as regras da Previdência para servidores públicos civis e para trabalhadores da iniciativa privada.. Fonte: Reuters

**Choques entre núcleos pragmático e ideológico atrapalham governo Bolsonaro.** Em pouco mais de dois meses, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) consumiu parte de seu capital político para pacificar as divergências entre as duas principais forças de seu governo, que promoveram sucessivas crises e ofuscaram a viabilidade de uma agenda positiva. Numa ponta está uma ala mais pragmática, composta por militares e técnicos, que prega uma postura mais próxima ao “soft power”. Na outra, o grupo ideológico capitaneado por seus filhos Carlos Bolsonaro (PSC-RJ) e Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e por seguidores do escritor Olavo de Carvalho. Em meio à divergência de opiniões, ações consideradas importantes e até promessas de campanha têm sido colocadas em segundo plano — e algumas medidas relevantes perdem espaço no noticiário, sufocadas pelas crises. As diferenças se devem ao fato de o gabinete pessoal do presidente hoje ser controlado pelo grupo ideológico, que cuida das redes, enquanto a estrutura oficial de comunicação com a imprensa é comandada pelos militares. Auxiliares alertaram o presidente que esse tipo de acontecimento gera desgaste e pode colocar a perder seu capital político e popularidade de início de governo, necessários para aprovação de medidas prioritárias, como a reforma da Previdência. Fonte: Folha de S. Paulo

**Com mais chuvas, governo decide manter usinas termelétricas desligadas.** O aumento das chuvas nos últimos dias levou o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) a recomendar o não acionamento das usinas termelétricas com maior custo de operação. Em nota, o CMSE informou hoje (8) que uma nova avaliação das condições de suprimentos de energia elétrica no país apontou melhores condições de armazenamento em comparação com a semana anterior. Fonte: Agência Brasil

**Bolsonaro anuncia campanha de combate à poluição no mar.** O presidente Jair Bolsonaro informou, por meio da rede social Twitter, que o Ministério de Meio Ambiente usará uma armação de metal em formato de tubarão-baleia como símbolo de uma campanha de combate à poluição marinha. O tubarão, com 15 metros de comprimento, será preenchido com lixo retirado do mar. A ação será realizada no Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março, pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em Santos, no litoral paulista. De acordo com o presidente, a campanha é a primeira etapa de uma agenda ambiental urbana. Fonte: Agência Brasil

**'Onda Bolsonaro' não se traduz em poder ao PSL nos Estados.** Partido mais votado do País na onda de renovação que elegeu o presidente Jair Bolsonaro ano passado, o PSL não conseguiu transformar o resultado positivo que obteve nas urnas em protagonismo nos Legislativos estaduais, nem sequer onde fez o governador ou uma bancada proporcionalmente grande, como no Rio de Janeiro. Sem nenhuma presidência legislativa e com cargos menores em apenas seis Mesas Diretoras, a sigla tenta agora emplacar a advogada Janaína Paschoal, parlamentar mais votada do Brasil, no comando da Assembleia paulista, a única que ainda não iniciou a nova Legislatura. Os trabalhos começam na próxima sexta-feira. Levantamento feito pelo Estado mostra que, diferentemente do discurso eleitoral, o PSL se aliou nos Estados a partidos que fazem oposição ao governo Bolsonaro no plano nacional, para conseguir espaço. Questionada sobre a falta de protagonismo nos Estados e alianças com partidos tradicionais e opositores ao governo Bolsonaro, a sigla usa como argumento o crescimento no número de eleitos. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Orçamento sem gesso.** Na primeira entrevista exclusiva que deu a um veículo de grande circulação, o ministro da Economia, Paulo Guedes, contou aos repórteres do Estadão Adriana Fernandes, José Fucs e Renata Agostini que, após aprovação da reforma da Previdência, governo levará ao Congresso para aprovação emenda constitucional que quebra o gesso que obriga o Orçamento a destinar despesas públicas para determinadas áreas em proporções previamente definidas. Este é meu comentário no Estadão Notícias, no Portal do Estadão desde 6 horas de segunda-feira 11 de março de 2019. Veja [aqui](#) a entrevista completa. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Sancionada lei que bloqueia ativos de investigados por terrorismo.** O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou, nesta sexta (8), lei que bloqueia ativos de pessoas e entidades investigadas ou acusadas por atos terroristas. A sanção foi publicada em [edição extra do Diário Oficial da União](#) e atende às resoluções do Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas (ONU). Segundo a nova legislação, os ativos passíveis de bloqueio podem ser bens, direitos, valores, fundos, recursos ou serviços, de qualquer natureza, financeiros ou não. Vale destacar que a indisponibilidade de ativos não constitui a perda do direito de propriedade. Quem estiver sendo investigado ou acusado de terrorismo ficará impossibilitado de transferir, converter, trasladar, disponibilizar ativos ou deles dispor, tanto direta quanto indiretamente. Para fins de aplicação, a legislação segue os preceitos da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, que disciplina o terrorismo no País. Fonte: ASCOM – Planalto

**Velez demite coronel atacado por 'olavistas' no MEC.** Após reunião com o presidente Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada na manhã deste domingo, 10, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, decidiu exonerar o coronel-aviador da reserva Ricardo Wagner Roquetti do cargo de diretor de programa da Secretaria Executiva da pasta. Ao longo da tarde, integrantes do grupo do filósofo e escritor Olavo de Carvalho divulgaram nas redes sociais que Bolsonaro pediu ao ministro o afastamento do diretor de programa da Secretaria Executiva, coronel-aviador da reserva Roquetti. A Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom) não se pronunciou sobre a exoneração do assessor. O afastamento, no entanto, foi confirmado pelo Estado. O militar da Aeronáutica está no centro de uma disputa envolvendo

os “Olavistas”, militares e técnicos em cargos comissionados no ministério. No fim de semana, integrantes do grupo de Olavo acusaram Roquetti de “isolar” o ministro Velez e de ser responsável pelo afastamento deles. Integrantes do MEC disseram ao Estado que os funcionários foram afastados depois do episódio da carta enviada às escolas pelo ministro e por tomarem posições com viés ideológico. Fonte: Estado de S. Paulo

**Restrição em abono salarial pode economizar R\$ 15 bi ao ano, diz IFI.** A mudança proposta pelo governo para o pagamento do abono salarial — com o benefício sendo garantido apenas a quem ganha um salário mínimo mensal, em vez dos dois permitidos atualmente — pode gerar economia de pelo menos R\$ 15 bilhões anuais aos cofres públicos, ou de R\$ 150,2 bilhões em uma década. O cálculo foi elaborado pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado na Nota Técnica 29, de 1º de março. No documento, a IFI avalia o impacto das mudanças sugeridas para o pagamento do abono salarial na proposta de reforma da Previdência elaborada pela equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 altera a Carta Magna para explicitar que apenas quem ganha um salário mínimo mensal, em vez de dois, terá acesso ao benefício. Hoje o abono é regido pelas Leis 7.998, de 1990, que criou o Fundo de Amparo ao Trabalhador e regula o seguro-desemprego e o abono salarial, e 13.134, de 2015, que instituiu o pagamento proporcional. A PEC insere na Constituição as regras já previstas na legislação comum (pagamento proporcional aos meses trabalhados, mínimo de cinco anos inscrito no Programa PIS/Pasep). Fonte: Agência Senado

## Poder Judiciário

**976,7 mil ações afetadas por repercussão geral dependem de julgamento do STF para voltar a tramitar em todo o país.** Um gargalo do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação a ações com repercussão geral tem travado a tramitação de 976,7 mil processos na Justiça brasileira, mostra levantamento do G1 com base em dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essas ações estão paradas nas instâncias inferiores porque a Suprema Corte ainda não analisou definitivamente os temas relacionados. Somente com o julgamento final dos temas que geraram a repercussão geral de cada caso é que os tribunais de todo o país podem aplicar o entendimento do STF. A repercussão geral é um dispositivo usado pelo Supremo para padronizar dentro do Judiciário a interpretação e as sentenças sobre temas relevantes que geram um enorme volume de ações individuais. Com esse instrumento, a Justiça não precisa decidir milhares de vezes, individualmente, sobre o mesmo tema. A partir do momento em que é estabelecida a repercussão geral e o Supremo finaliza o julgamento do tema, a decisão tomada pela mais alta Corte do país tem de ser aplicada pelas instâncias inferiores se os processos tratarem da mesma questão. Fonte: G1 Notícias

**Audiência no STF discute se não recolhimento de ICMS pago é crime.** O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), realiza na tarde desta segunda (11) uma audiência para discutir se o não recolhimento aos cofres públicos do valor referente a ICMS pago pelo contribuinte no momento da compra pode ser enquadrado como crime tributário. A questão é debatida na Corte através de um processo que tenta reverter no STF decisão judicial que condenou duas pessoas pela prática. A reunião, que ocorre no prédio do STF em Brasília, reúne representantes da Procuradoria-Geral da República, Defensoria Pública, advogados das partes, secretaria de Fazenda de Estados e promotores estaduais. Relator do processo, Barroso convocou a audiência como um passo preparatório de discussão do tema, que será julgado pelo plenário do STF. Ainda não há data para o julgamento ocorrer. Originalmente, o caso seria analisado pela Primeira Turma da Corte, mas diante da relevância do tema, o ministro enviou o processo para o colegiado composto pelos 11 ministros do STF. Fonte: Estado de S. Paulo

**Rosa afasta restrição que impedia Espírito Santo de acessar créditos de R\$ 3,6 bi.** A ministra Rosa Weber, do Supremo, deferiu liminar para determinar que a União retire a inscrição do Estado do Espírito Santo de seus cadastros de inadimplentes (Cauc/Siafi). A decisão foi tomada em tutela de urgência na Ação Cível Originária (ACO) 3226, na qual o estado alega que a restrição poderia inviabilizar a liberação de R\$ 3,6 bilhões para investimentos em obras públicas. A inscrição nos cadastros de inadimplentes ocorreu após pareceres aprovando parcialmente a prestação de contas de convênio entre a Secretaria de Esportes e Lazer capixaba e o Ministério do Esporte para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento no Espírito Santo. As pendências se referem a valores de repasses federais e da contrapartida por parte do estado. No Supremo, o governo capixaba alega que a inscrição nos cadastros se deu antes do prazo de 120 dias solicitado pelo estado para detalhamento de informações e sem a instauração de tomada de contas especial. Aponta ainda que há oito operações de crédito com o BNDES, o BID e a Caixa Econômica Federal em negociações avançadas, que podem ser afetadas com a paralisação na liberação de R\$ 3,6 bilhões em investimentos em obras públicas, sem contar com a necessidade de manutenção de outros contratos em áreas como mobilidade urbana e macrodrenagem. Fonte: Estado de S. Paulo



## Último Foco

**Milhares de russos protestam contra restrições à internet.** Milhares de pessoas tomaram as ruas de Moscou e outras duas cidades neste domingo para protestar contra as restrições à internet, em um dos maiores protestos da capital russa em anos. No mês passado, parlamentares apoiaram controles de internet mais rigorosos que eles dizem ser necessária para evitar a intromissão estrangeira nos assuntos da Rússia. Mas alguns meios de comunicação russos compararam-nos a uma “cortina de ferro” online e os críticos dizem que podem ser usado para abafar a dissidência. A manifestação reuniu cerca de 15.300 pessoas, segundo o White Counter, uma ONG que conta com participantes em comícios. A polícia de Moscou contabilizou 6.500 pessoas. Ativistas da oposição disseram no Twitter que a polícia prendeu 15 pessoas na manifestação em Moscou, confiscando suas bandeiras e balões. A polícia não anunciou nenhuma detenção. Os protestos em Moscou, na cidade de Voronezh, no sul, e em Khabarovsk, no extremo oriente, foram oficialmente autorizados. Ativistas em São Petersburgo foram às ruas sem o consentimento das autoridades. Nos últimos anos, a Rússia tentou restringir as liberdades na internet, bloqueando o acesso a certos sites e serviços de mensagens, como o Telegram. O projeto de lei de fevereiro foi aprovado no parlamento russo na primeira de três revisões. Ele busca rotear tráfego e dados da web russa através de pontos controlados pelo Estado e propõe a construção de um sistema nacional de nomes de domínio para permitir que a internet continue funcionando mesmo se o país for cortado da infraestrutura estrangeira. Fonte: Reuters

**Time digital de Guedes é comandado por empresários do setor.** Os principais cargos da área digital da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, foram preenchidos por sócios de empresas de informática e tecnologia da informação (TI), potenciais interessadas em políticas públicas para o setor. O secretário de Governo Digital, Luís Felipe Salin Monteiro, tem participação na LFM Tecnologia e Desenvolvimento de Sistemas, cujas principais atividades são a criação de programas sob encomenda e a prestação de serviços de consultoria em TI. A empresa foi criada em 2005 e consta como ativa nos registros da Receita Federal. Cabe à secretaria de Monteiro planejar algumas das principais políticas de desburocratização do governo, entre elas digitalizar mil serviços públicos e criar um documento de identidade único, no celular, para o brasileiro. Fonte: Folha de S. Paulo

**Facebook aparelhou ONGs e acadêmicos para fazer lobby pró-Marco Civil.** Dono das maiores redes sociais do mundo, o Facebook fez lobby a favor da aprovação do Marco Civil da Internet no Brasil sem divulgar o seu nome. Houve uma ação conjunta da empresa com ONGs e acadêmicos com cartas para congressistas. Segundo documentos obtidos pela Computer Weekly e o Observer, com Duncan Campbell e aos quais o Poder360 teve acesso, o Facebook mirou políticos do mundo todo para influenciar projetos de seu interesse, principalmente em legislações de privacidade de dados. Os documentos parecem ter relação com uma ação judicial contra o Facebook movida pela empresa Six4Three, desenvolvedora de aplicativos. O papéis marcados com a inscrição “altamente confidencial” indicam que a COO (chefe operacional) do FB, Sheryl Sandberg, considerava prejudicial aos interesses da empresa a legislação de proteção de dados da Europa, também conhecida como GDPR (General Data Protection Regulation). Em 1 memorando redigido depois do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, em 2013, há uma frase atribuída a Sandberg descrevendo a “batalha morro acima” que o Facebook enfrentaria na Europa no “front de dados e privacidade” e seus esforços “críticos” para derrubar “novas leis super estritas”. Os arquivos foram compartilhados com integrantes do Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo (ICIJ, em inglês). Veja [aqui](#) a notícia completa. Fonte: Poder 360

**MCTIC lança programa para impulsionar negócios tecnológicos para mulheres empreendedoras.** Durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher, 08 de março, o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações lançou o Programa Empreendedoras Digitais em São Paulo. Com a presença do ministro do MCTIC, Marcos Pontes, o evento contou com a participação de autoridades estaduais, municipais e personalidades que atuam na inclusão e desenvolvimento de ações afirmativas para mulheres. O Programa Empreendedoras Digitais é uma iniciativa conjunta do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo, Agência de Desenvolvimento de São Paulo e com execução da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex). O Programa Empreendedoras Digitais promove o protagonismo feminino através do desenvolvimento de empresas de base tecnológica com presença de mulheres, seja na sua fundação e/ou em cargos de liderança e gerará cerca de 30 startups. Propostas de todo o Brasil podem concorrer e serão acompanhadas em um processo de pré-aceleração onde possam ser impulsionadas e terem negócios organizados ao final do programa. Os projetos escolhidos também receberão uma premiação. Fonte: ACOM-MCTIC